

PROJETO COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: REDES DE SÓCIO-EDUCATIVAS JUNTO AOS CATADORES E CATADORAS DE CRICIÚMA

Rosa Nadir Teixeira Jeronimo (UNESC) Mario Ricardo Guadagnin (UNESC)

Resumo

O Projeto Coleta Seletiva Solidária: redes sócio-educativas junto aos catadores e catadoras de Criciúma tem como objetivo a criação de espaços dinâmicos de ação-reflexão-ação junto às comunidades científica, organizada de catadores, de lideranças de bairros e de organizações públicas e privadas, visando à continuidade e a expansão das atividades relacionadas à coleta seletiva de resíduos sólidos com inclusão social de catadores e catadoras no município de Criciúma desde o ano de 2008. O método se dá em frentes de trabalho de cunho extensionista tais como: oficinas de educação ambiental; organização, capacitação e empoderamento de catadores; e, ativação de um Fórum Municipal sobre as questões relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Os gestores acadêmicos são dos cursos de Engenharia Ambiental e Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. O público alvo de trabalho extensionista são catadores autônomos, catadores cooperados da CTMAR e associados da ACRICA, lideranças locais das comunidades de origem dos catadores, lideranças e representantes da sociedade civil organizada, representantes de órgãos públicos com interface sobre a gestão de resíduos sólidos e comunidades classificadas para a coleta seletiva porta a porta domiciliar. Entre os resultados observam-se alta adesão das comunidades do entorno da Unesc nas ações de separação e triagem domiciliar de resíduos sólidos recicláveis por meio da educação ambiental, início do processo de organização de catadores e catadoras, e a abrangência sociopolítica do Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Criciúma.

Palavras-chave: coleta seletiva solidária, catadores, empoderamento.

1 Introdução

O Projeto de Extensão Permanente de Coleta Seletiva Solidária tem seu desenvolvimento desde 2008, no curso de Engenharia Ambiental da Unesc, vinculado a Unidade Acadêmica das Engenharias e Tecnologias – UNACET e integrado a missão da Universidade: “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”.

Com o desenvolvimento do projeto, estimulam-se os acadêmicos, as comunidades, as famílias de catadores e praticantes da segregação e separação de resíduos sólidos recicláveis na fonte geradora. Em especial neste caso, os resíduos urbanos de origem domiciliar e classificados como sobras de consumo, adquirem outro olhar na percepção dos catadores que executam efetivamente a coleta seletiva, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Quanto aos catadores e suas famílias, há uma oferta de trabalho, potencializando-os enquanto sujeitos, capacitando-os e integrando-os ao seu grupo.

A relevância acadêmica e social das atividades previstas visa atender segundo a Lei 8.742/93 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) às demandas das famílias de catadores em situação de vulnerabilidade social, bem como oferecer um laboratório prático para acadêmicos dos cursos de Psicologia e Engenharia Ambiental entre outros. Para a instituição a relevância acadêmica oferece um espaço de trocas de saberes de disciplinas afins em torno de um

fenômeno comum, fortalecendo ações interdisciplinares bem como na efetividade da filantropia de uma Universidade Comunitária a qual a UNESCO faz jus.

2 Objetivos e Ações Integradas do Projeto Coleta Seletiva Solidária

Como objetivo geral o projeto visa possibilitar espaços dinâmicos de ação-reflexão-ação junto às comunidades: científicas, organizada de catadores, de lideranças de bairros e de organizações públicas e privadas à continuidade e expansão das atividades relacionadas à coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Criciúma com reconhecimento e inclusão social de catadores e catadoras. Tem como meta, a melhoria da qualidade de vida de todos os atores sociais; em destaque os catadores e trabalhadores com material reciclável, que se envolvem direta ou indiretamente com a sustentabilidade ambiental.

Como objetivos e ações específicas do projeto destacam-se:

1 - Educação ambiental: realizada por meio da abordagem porta a porta nos domicílios e residências, em oficinas educativas em clubes de mães e escolas municipais visando a sensibilização das pessoas dos bairros do entorno da Universidade e Centro de Criciúma. O foco das informações nestes encontros de troca de saberes é o estímulo a separação na fonte geradora de resíduos sólidos recicláveis para posterior coleta seletiva;

2 – Organização social de catadores: por meio da assessoria ao trabalho cooperativo (Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis- CTMAR) e do associativismo (Associação Criciumense de Catadores – ACRICA). Desenvolvem-se com os catadores, catadoras e triadores oficinas de capacitação, integração e discussão referentes à questão ambiental e social bem como o empoderamento sobre seu papel na gestão pública de resíduos sólidos recicláveis e sobre a necessidade de fortalecimento de estruturas associativas e cooperadas..

3 - Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Criciúma: articulado como um trabalho coletivo agregando forças públicas, privadas e organizações não governamentais numa grande rede de parceria no sentido de tornar a coleta seletiva municipal uma política pública de estado com efetiva inclusão social de catadores e catadoras.

3 Revisão Bibliográfica

Vive-se em um mundo consumista e predatório, no qual, o que vale é aquele que descarta mais, num comportamento essencialmente capitalista. A humanidade arrisca-se continuamente ao desperdício daquilo que considera inesgotável, na exploração das forças de trabalho e dos recursos naturais, na exclusão daqueles a quem insiste em não enxergar. No descarte das sobras de consumo misturam-se inconscientemente os atores que delas sobrevivem, mas que são seres “invisíveis” visto que as pessoas que lidam com o lixo passaram, sob a lógica das sociedades modernas, a sofrer desprezos e até mesmo a serem consideradas "desnecessárias" como bem problematizou Zaneti (2006) e Bursztyn (2003).

Com o lixo excluído de nossa ordem social e humana, quem convive com ele não é percebido como completamente humano, mas faz limite com a animalidade. O catador também não é visto como um trabalhador igual aos outros, com os mesmos direitos. Ele arrecada o papel e entrega a um intermediário, que repassa para a indústria, que compra sem pagar direitos trabalhistas - os benefícios sociais - ao contrário dos demais coletores de matérias-primas, como mineiros, agricultores ou pescadores, por exemplo, (CABRALES, 1994).

Sob o ponto de vista do reconhecimento público pelo serviço prestado, diversas pesquisas de campo retratam a forma como tradicionalmente as municipalidades e a população tratavam os

catadores, a saber, como inimigos da limpeza, como “ladrões” do lixo, marginal, vadio (Dias, 2002; Burzstyn, 2003).

Segundo Blauth e Grimberg (1998), o atual padrão de desenvolvimento caracteriza-se pela exploração excessiva e constante dos recursos naturais da Terra, pela geração maciça de resíduos e pela crescente exclusão social. Entre os desperdícios mais notórios encontram-se os dos resíduos sólidos e a quase absoluta inexistência de iniciativas de redução de resíduos na sua origem, as indústrias e a produção domiciliar, principalmente a urbana.

3.1 O Catador

O trabalho do catador não é recente, mas somente a partir da década de 1980 passou a ter uma relevância no sistema de reciclagem dos programas de coleta seletiva brasileira. Escondidos nos lixões ou vagueando pelas ruas à noite, o catador buscava seu sustento e o de sua família. Excluídos do trabalho formal, na informalidade, foram se construindo como categoria e como agentes de sustentabilidade ambiental. Dias (2006) relata que os catadores têm um lugar no imaginário da sociedade como pobre e marginal. Por eles a sociedade impetra uma atitude de descaso, preconceito e de violência. Poucos sabem sobre o papel ecológico de cada um destes catadores em uma cidade.

Os catadores iniciaram as atividades junto as suas famílias na clandestinidade, dispersos e explorados pelos grandes sucateiros. Estavam longe de serem percebidos como cidadãos, como sujeitos. O lixo era o que lhes sobrava. Vítimas dos estigmas sociais, da exclusão dos direitos fundamentais que um ser humano precisa para viver com dignidade, buscaram na limpeza dos espaços, seu trabalho, sua casa e muitas vezes, uma família.

Entretanto, o catador, segundo o MNCR (2008) é o sujeito mais importante no ciclo da cadeia produtiva de reciclagem, é o sujeito que está na ponta do processo produtivo, fazendo cerca de 89% de todo o trabalho. Contudo, o catador é quem menos ganha, mesmo sendo responsável por cerca de 60% de todo os resíduos que são reciclados hoje no Brasil, o catador vive na miséria, nas ruas e nos lixões por todo o país. Organizados, atualmente, os catadores vem se destacando como atores principais deste cenário desolador de consumo, pelo valor ecológico, econômico e social.

3.2 A Coleta Seletiva

A coleta seletiva de lixo é uma etapa entre a separação e o processo de reciclagem (ou outro destino alternativo aos aterros e incineradores). Aplica-se ao recolhimento diferenciado destes materiais (já separados nas fontes geradoras), por catadores, sucateiros, entidades, prefeituras, domicílios, etc. A palavra lixo segundo Holanda (2008) refere-se a tudo o que não presta e se joga fora. Considerando-se que os materiais descartados “prestam”, sugere-se que cada categoria seja denominada segundo sua destinação alternativa ideal: recicláveis, reutilizáveis, compostáveis, rejeitos, etc.

Vários são os motivos que levam indivíduos, grupos, universidades ou prefeituras a pensarem num programa de coleta seletiva de lixo. De acordo com Magera (2003) podem ser de natureza: ambiental/geográfica - em que as preocupações estão voltadas à falta de espaço para disposição do lixo, à preservação da paisagem, à economia de recursos naturais (matérias-primas, água e energia) e à diminuição do impacto ambiental de lixões e aterros; sanitária – na qual a disposição inadequada do lixo, às vezes aliada à falta de qualquer sistema de coleta municipal, traz inconvenientes estéticos e de saúde pública; social - quando o trabalho enfoca a geração de empregos e o resgate da dignidade, estimulando a participação de catadores ou o equacionamento

dos problemas advindos da catação em lixões ou nas ruas; econômica - com o intuito de reduzir os gastos com a limpeza urbana e investimentos em novos aterros, ou para auferir renda com a comercialização de materiais recicláveis; e educativa - como uma forma de contribuir para mudar, em um nível individual, valores e atitudes para com o ambiente, incluindo a revisão de hábitos de consumo/desperdício e, no nível político, para mobilizar a comunidade e fortalecer o espírito de cidadania.

Os programas de coleta seletiva, segundo Jacobi *et al* (2006), buscam: espaço para a instalação de cooperativas de catadores; incentivos fiscais e operacionais; criação de mecanismos de fiscalização popular; apoio nas atividades de sensibilização e aproveitamento; ou colocação no mercado dos materiais recuperados/reciclados.

As entidades solicitantes argumentam que a implementação destes programas informais, conforme Jacobi *et al* (2006), em qualquer escala, traz benefícios às municipalidades ao permitirem: a redução no volume de lixo a ser aterrado; a diminuição nos custos de coleta e destinação; o atendimento social a parte da população de rua que é empregada no programa, como os catadores; a educação ambiental da comunidade e a redução dos riscos à saúde.

D'Almeida e Vilhena (2000) afirmam que para melhorar seus programas de coleta seletiva, é preciso também: incorporar os 3 R's no programa; gerenciar o programa de forma participativa e descentralizada, mobilizando a comunidade, dinamizando parcerias e gerando renda; qualificar o pessoal envolvido, dentro de uma política de recursos humanos que garanta treinamento, remuneração adequada e segurança no trabalho dos servidores; um programa de coleta seletiva exige a montagem de uma equipe multidisciplinar articulada, envolvendo profissionais da área de planejamento, educação, direito, publicidade, e gerenciamento operacional; priorizar a educação; zelar pela confiabilidade do sistema, que é fundamental para o engajamento (inicial e continuado) da população; a comunidade deve estar segura de que há seriedade no serviço, o que pode ser percebido pela regularidade da coleta, pela motivação dos funcionários envolvidos, pela clareza, precisão e acessibilidade das informações pertinentes e pela transparência na comercialização/doação dos materiais coletados.

As estratégias mais ricas de coleta seletiva contam com: mobilização da comunidade, campanhas de conscientização e educação na escola.

3.3 A Reciclagem de Resíduos

As atividades de separar, coletar e reciclar estão muito associadas, mas não são necessariamente dependentes. Em Vilhena (1999) a reciclagem de materiais pode ocorrer sem a separação prévia de resíduos nas fontes geradoras. Num programa de coleta seletiva, a própria comunidade contribui separando resíduos nos domicílios e estabelecimentos, e alguns funcionários que concluem esta separação, sem necessidade de maquinário especial, numa central de triagem.

Reciclagem é tida como a recuperação dos materiais descartados, modificando suas características físicas, diferenciando-as de reutilização, em que os descartados mantêm suas feições. A reciclagem de materiais, embora polua menos o ambiente e envolva menor uso de matérias-primas virgens, água, e energia, como processo "final" para o tratamento de resíduos.

Os resíduos que podem ser reciclados em classificação simples são: o papel, o metal, o plástico e o vidro.

As vantagens ambientais da reciclagem destes materiais comparadas ao processo de produção a partir de matéria-prima virgem passam pela redução do uso de energia e de água, poluição da água e do ar.

3.4 As Políticas Públicas

O equacionamento da problemática do lixo depende da criação de políticas públicas específicas, como uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei 12305/2010 tem como princípios basilares no artigo . 9º a observância da seguinte ordem de prioridade na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. (BRASIL, 2010)

Segundo JACOBI *et al* (2006) o Brasil tem multiplicado as experiências de gestão compartilhada de resíduos sólidos por meio de programas municipais de coleta seletiva em parceria com catadores organizados e autônomos. A avaliação do desempenho da coleta seletiva no Brasil apresenta importantes desafios. Uma parte considerável da coleta de materiais recicláveis é feita por catadores de maneira informal e assim não é contabilizada nas estatísticas oficiais. No Brasil apenas 994 municípios (17,8% da totalidade de municípios do país) adotavam a prática da coleta seletiva no espaço urbano. Segundo dados do IBGE (2002, 2010a) apud Milanez; Massukado (2011) por tamanho e porte de municípios A coleta seletiva ocorre em 851 de pequeno porte, 130 de médio e 13 de grande porte.

No Brasil, a coleta seletiva foi iniciada na cidade de Niterói, no bairro de São Francisco, em abril de 1985, como o primeiro projeto sistemático e documentado. (EIGENHEER, 1998) Na cidade de São Paulo, ocorreu uma tentativa de efetuar a inclusão social de catadores, com a formação da Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – Coopamare, em 1989, estimulada pela Igreja (Pastoral da Rua) e movimentos sociais.

Em 2000, a partir do Fórum Lixo e Cidadania, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que conforme aponta Jacobi (2006), culminou no reconhecimento do trabalho do catador, sendo incorporado ao Código Brasileiro de Ocupações. A CBO é uma publicação brasileira que classifica as diversas atividades dos trabalhadores do País, nos mais diferentes setores de atividade, tanto do setor público como privado. É também o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

Jacobi *et al* (2006, p. 13) afirmam que a temática que envolve os resíduos sólidos “exemplifica a formulação de políticas públicas que promovem mudanças nos hábitos e atitudes dos cidadãos, com o objetivo de minimizar ou prevenir a degradação ambiental”.

A aprovação da lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (BRASIL, 2010) estabelece diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos prevendo a implantação de coleta seletiva com a inclusão e integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis com gestão compartilhada entre poder público, sociedade civil. Citados os caminhos legais e sociais acerca da problemática em torno dos resíduos sólidos tem-se a coleta seletiva como estratégia de ação e o catador como um ator de grande importância na coleta dos resíduos sólidos urbanos.

3.5 As Cooperativas de Material Reciclável

De acordo com CEMPRE (2009), o movimento social direcionado à formação de cooperativas nasceu em Rochdale, Inglaterra, em 1844, tendo como motivo o enfrentamento da miséria de 28 tecelões da comunidade. O objetivo destes tecelões consistia em montar um armazém para venda de alimentos e vestuário; a construção de casas; montagem de linha de produção; compra e

arrendamento de terreno para cultivo; poupança da parte das sobras para instrução dos cooperados; organização do trabalho e educação dos membros, visando à fundação de novas cooperativas. Daí para frente, o movimento se ampliou e ganhou adeptos em todo o mundo.

Jacobi et al (2006) afirma que o Brasil tem multiplicado as experiências de gestão compartilhada de resíduos sólidos por meio de programas municipais de coleta seletiva em parceria com catadores organizados e autônomos. O município de São Paulo teve o primeiro projeto de coleta seletiva do Brasil, no governo de Luiza Erundina (PT), período em que também foi iniciada a primeira Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – Coopamare, em 1989, estimulada pela Igreja (Pastoral da Rua) e movimentos sociais.

Os princípios do cooperativismo encontrados em CEMPRE (2009) envolvem: a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

A elaboração de políticas públicas de inclusão social de catadores requer o conhecimento mais aprofundado da situação atual das organizações de trabalho coletivo.

Os dados levantados por Damásio (2010) apud Freitas; Fonseca (2011, p. 12) apontam que “60% das organizações coletivas e 60% dos catadores organizados estão em situação de baixa ou baixíssima eficiência. Nestes dois degraus há carências de equipamentos, capacitação, administração, acesso aos resíduos e condições adequadas de trabalho. Vale notar ainda os catadores organizados são minoria, apenas 10% do contingente total estimado de trabalhadores.”

Entre os indicadores de eficiência da participação de catadores em gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos Besen (2011, p. 182) aponta para a necessidade de avaliar criteriosamente alguns fatores fundamentais para a participação como autores eficazes da cadeia de reciclagem os catadores e catadoras em formas associativas e cooperativas devendo os gestores públicos, a sociedade civil e as organizações de apoio a categoria observar o funcionamento das organizações (participação ativa dos membros, regularização documental e de transparência da gestão, instrumentos legais nas relações com as prefeituras, o estabelecimento de parcerias e a autogestão); Outro grupo de indicadores diz respeito a situação socioeconômica e as condições de trabalho (renda, produtividade, diversificação de atividades, aspectos de segurança e saúde ocupacional, capacitação para a gestão, benefícios, rotatividade dos membros, relações de ganhos diferenciados entre gêneros) e por fim o terceiro bloco de critérios no que se refere a eficiência da recuperação de recicláveis, a taxa de rejeitos, a adesão da população os equipamentos e veículos ergonômicos adequados ao serviço de coleta.

A coleta de material reciclável pode ser uma alternativa de trabalho para determinado segmento da população, mas por outro lado às condições de trabalho e de renda, fragilizam a saúde, informalizam as relações empregatícias e excluem este segmento do reconhecimento da sua condição de trabalhador.

É importante destacar que os catadores se inscrevem no chamado setor informal de trabalho ou economia invisível. Neste setor encontra-se grande parte da população brasileira, que, ao não ser absorvida pelo mercado de trabalho - desempregado - encontra uma alternativa de geração de renda. Tem-se aí, trabalhadores subempregados que executam tarefas de pouca ou nenhuma especialização, os quais vendem seus produtos ou serviços a baixos preços, com jornadas de trabalho incompletas ou prolongadas. Essas ocupações não possuem vínculo contratual de trabalho, ou seja, não são reconhecidas legalmente e estão fora do controle oficial (COSTA, 1988, p. 54).

4 Discussão dos Resultados

Besen (2006) é categórico quanto aos benefícios sociais e ambientais quando da implantação de projetos de coleta seletiva nos municípios brasileiros. Respaldados em referenciais acadêmicos, nos modos de organizações espontâneas de catadores e na observação da catação individual que ocorre sob nossos olhos, vão se articulando lentamente as redes de parcerias ao projeto e de apoio aos catadores do território de abrangência. Observa-se ainda uma atitude desconfiada destes atores chamados catadores, como afirmou Dias (2006), em participar de reuniões e discutir sobre seu trabalho para a sustentabilidade, não apenas particular, mas acima de tudo, para o bem-estar de uma população que precisa perceber-se em sua importância para com o meio ambiente.

O comportamento das diversas instituições para a solidariedade atinge as universidades, neste caso, a UNESCO, visando à inclusão de novos projetos de ação interdisciplinar; articulando um movimento de integração dos projetos universitários que atuam direta ou indiretamente com catadores, pois segundo Grimberg (2005), a implementação de gerenciamento participativo encontra respaldo, quando objetivos e responsabilidades são discutidos e incorporados por todos os envolvidos no processo. Assim sendo, a inclusão das comunidades, a promoção e divulgação do trabalho desenvolvido pela Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Criciúma – CTMAR, aos poucos vai ganhando o reconhecimento comunitário, o que de acordo com Demajorovic *et al* (2004) aponta para a gestão integrada e compartilhada, pois se reconhece a importância dos diversos atores sociais na responsabilidade da gestão e principalmente, na mudança de hábitos de uma sociedade.

Das ações acima mencionadas e voltadas à implementação do projeto, a abordagem porta a porta (GUADAGNIN e JERÔNIMO, 2008), a sensibilização com metodologia participativa realizada nos clubes de mães e escolas municipais tornou-se uma estratégia de educação ambiental junto aos moradores dos bairros tornando-os participantes do projeto por meio da seleção do material domiciliar produzido. A motivação das pessoas da comunidade contribuiu de forma a sustentar tanto o projeto como os catadores envolvidos com a CTMAR e a ACRICA; passando estes moradores a também se tornarem agentes ambientais em seus bairros e incentivando o seu vizinho nesta prática. Esta ação participativa relacionada à coleta seletiva torna “o processo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado”, reforçando as afirmações de Jacobi e Viveiros (2006, p. 17).

A organização dos catadores da ACRICA e dos trabalhadores da CTMAR vai tomando contornos mais concretos dia após dia. Para a CTMAR foi captado recursos do Instituto Vonpar para reforma do galpão que ameaçava desabar. Foram realizadas diversas oficinas de escuta, capacitação por estagiários do curso de Psicologia e Engenharia Ambiental. As dificuldades com a logística de transporte dos materiais estão sendo transpostas com a implantação da coleta seletiva municipal a qual dispõe de um caminhão da empresa viabilizando menos custos operacionais para a cooperativa. Após anos atuando como trabalhadores da CTMAR, os cooperados sentem dificuldades quanto à nova forma de organizar não só as atividades, mas também as divisões com as despesas e lucro, agora igualitário. Besen (2006) cita que grande parte das cooperativas ainda não incorporou a filosofia e a prática de trabalhar de forma cooperada. Quanto a ACRICA, ainda caminha a passos lentos, a ação efetiva do poder público torna-se urgente.

Retomando a ação direta dos movimentos sociais como uma intervenção de empoderamento de atores sociais ditos excluídos dos meios formais de trabalho, renda, entre tantos outros atributos relacionados à cidadania dos catadores criou-se um espaço denominado Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Criciúma sendo “um espaço onde órgãos governamentais e não governamentais e entidades técnicas relacionadas à gestão do lixo urbano e à área social, discutam e contribuam para minimizar as situações relacionadas aos resíduos sólidos” (JERÔNIMO e GUADAGNIN,

2011), que tem como objetivos: discutir o sistema de gerenciamento integrado de lixo em Criciúma sob a ótica da inclusão social; provocar a discussão e dar início a um processo contínuo de gestão integrada de resíduos em Criciúma; discutir as especificidades do “Lixo Nosso de Cada Dia”; discutir a inclusão social de catadores em programas de coleta seletiva solidária.

O Fórum articulou entre suas ações três eventos sendo que a proposta do primeiro intitulou-se de “FÓRUM MUNICIPAL LIXO & CIDADANIA: inclusão social” esteve direcionada ao “1º encontro de catadores e catadoras de materiais recicláveis de Criciúma - Catadores e Catadoras: Quem somos? O que queremos?” estando de acordo com a proposta do PROJETO COLETA SELETIVA SOLIDARIA (2009): fortalecendo as frentes de trabalho e redes de solidariedade junto aos catadores e trabalhadores com material reciclável. (JERÔNIMO; GUADAGNIN, 2009) Em 2010, na segunda edição, a UNESC sediou o “II FÓRUM MUNICIPAL LIXO & CIDADANIA” com o tema: “ Gestão de Resíduos como Alternativa à Inclusão Social - COLETA SELETIVA COM CATADORES E CATADORAS: do lixo à sobrevivência!” (JERÔNIMO; GUADAGNIN et al., 2010).

A realização do III Fórum Municipal Lixo e Cidadania em 2011 teve como temática a COLETA SELETIVA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES “Coleta Seletiva: este é nosso papel!” Políticas públicas regionais de inclusão de catadores em coleta seletiva solidária. Este evento objetivou ampliar a discussão e o envolvimento de governantes, instituições da sociedade civil e grupos de catadores no contexto local e regional para que a gestão integrada de resíduos sólidos se efetive como alternativa à exclusão social. (JERÔNIMO E GUADAGNIN, 2011). Ao final deste evento foi redigido um documento que provocou a primeira audiência pública sobre a gestão integrada de resíduos sólidos no município de Criciúma realizada em fevereiro de 2012 em parceria com a Câmara de Vereadores, Ministério Público Estadual e as entidades participantes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Criciúma.

5 Considerações Finais

O Projeto Permanente de Extensão Coleta Seletiva Solidária prevê benefícios diretos e indiretos aos trabalhadores da CTMAR, no sentido de fomentar ações cooperativistas que respaldem o esforço comum, tanto na integração do grupo como no serviço de incentivo à administração compartilhada. Os bolsistas têm sua ação em transformar a prática cooperativista numa realidade por meio de capacitação e de autonomia.

Para os catadores que atuam em suas comunidades de forma autônoma e individualista, a formação do grupo os capacita para o trabalho conjunto, fortalecendo-os enquanto sujeitos e enquanto categoria de trabalhadores.

As parcerias estabelecidas com a rede de serviços possibilitam aos profissionais, lideranças, bolsistas, voluntários e catadores, o diálogo e o trabalho cooperado, sistêmico e solidário.

Ao meio ambiente, atitudes como as do Projeto em vigor, garantem uma sustentabilidade dos recursos baseados em ações não competitivas, gerando diretamente melhor qualidade de vida nas dimensões biopsicosocioambientais por meio de ações de educação e organização ambiental.

Como todo trabalho que privilegie avançar no caminho da cidadania, da solidariedade, da cooperação, da inclusão e da dignidade, ainda há muito que se fazer, discutir, implementar, avaliar. As parcerias acadêmicas, como o Programa de Economia Solidária – UNESC norteiam novas frentes de trabalho e renda a serem incorporadas pelo projeto junto às cooperativas de catadores de Criciúma, dos serviços públicos e privados, bem como da sociedade organizada ou não, são os grandes canais para o avanço deste projeto. Estratégias que envolvam mobilização comunitária, campanhas de sensibilização, educação ambiental nos diversos espaços (clubes de

mães, escolas, empresas, condomínios, igrejas, associações de bairros, etc.) e com diferentes populações no município são urgentes.

O projeto está possibilitando espaços dinâmicos de ação-reflexão-ação, junto às comunidades: científica, organizada de catadores, de lideranças de bairros e de organizações públicas e privadas, visando à continuidade e expansão das atividades relacionadas à coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Criciúma-SC, tendo como meta, a melhoria da qualidade de vida de todos os atores sociais; em destaque os catadores e trabalhadores com material reciclável, que se envolvem direta ou indiretamente com a sustentabilidade ambiental.

Referências

BESEN, G. R. Programa de coleta seletiva de Londrina: caminhos inovadores rumo à sustentabilidade. In: JACOBI, Pedro (org). Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006. p.109 - 128

BESEN, G. R. Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo. 2006. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo.

BESEN, G. R. Sustentabilidade dos Programas de Coleta Seletiva com Inclusão Social: Avanços, Desafios e Indicadores. Anais... IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF - Brasil. Disponível em <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT6-403-135-20080509143212.pdf?PHPSESSID=799cdb01a2e92b94074ecd163f4d575d> Acesso em 09 dezembro de 2011.

BLAUTH, P.; GRIMBERG, E. Coleta seletiva – reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.. Brasília: Diário Oficial da União. 08 dez 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em 12 dez 2011.

BRASIL. Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União 03 ago. de 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acessado em: 07 ago. de 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Definição de trabalho como catador de material reciclável. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acessado: 16 de Outubro de 2011.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 27 - 55

BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond. 264 p. 2003

CABRALES, C. Queremos fazer papel, mas também queremos fazer a cabeça. Porto Alegre: Revista ECOS. V. 1, nº 2, Set 1994

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Instituições repassam verbas a juros acessíveis para financiar projetos de coleta seletiva e reciclagem. 2000. Disponível em <http://www.cempre.org.br>. Acesso em jun. 2009.

COSTA, M. das D. A cidadania dos trabalhadores informais: uma questão de política pública. Revista Serviço Social & Sociedade n.º 26, São Paulo: Cortez, 1988.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, André. (Coord.). Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado. 2ª edição. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. 370 p.

DEMAJOROVIC, J. et al. Gestão compartilhada de resíduos sólidos – novos atores e conflitos. VII Seminário Nacional da ABES, 27 a 29 de novembro de 2004.

DIAS, S. M.; Construindo a cidadania: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2002. 204 f (Dissertação de mestrado em Geografia)

DIAS, S. M. Coleta seletiva e inserção cidadã: a parceria poder público-ASMARE em Belo Horizonte. In: JACOBI, Pedro (org). Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil.. São Paulo: Annablume, 2006. p.65-87

EIGENHEER, E. M. (Org.). Coleta seletiva de lixo. In: Seminário de Avaliação de Experiências Brasileiras de coleta Seletiva de Lixo, 2., 1998, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1998. 207p.

FREITAS, L.F. da S.; FONSECA, I. F. da. Caderno de Diagnóstico Número 4 Catadores. Brasília: IPEA, Ministério do Meio Ambiente. Agosto 2011. Disponível em <http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/cadernos/04_CADDIAG_Catadores.pdf> Acesso em 14 dez 2011.

GRIMBERG, E. *Governança democrática e um novo paradigma de gestão de resíduos sólidos*. In. Polis Mobilização Cidadã e Inovações Democráticas nas Cidades, Fórum Social Mundial, São Paulo: Instituto Polis, Edição Especial 2005. p. 32 – 37. Disponível em <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=24> Acesso em 16 dez 2011.

GUADAGNIN, M. R., JERÔNIMO, R. N. T. Relatório final do projeto coleta seletiva solidária – ano 2008. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX) da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma: UNESC, 2008.

HOLANDA, Aurélio B. de. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 2008.

JACOBI, P. et al. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006. 163 p.

JACOBI, Pedro, VIVEIROS, Mariana. Da vanguarda à apatia, com muitas suspeitas no meio do caminho – gestão de resíduos sólidos domiciliares em São Paulo entre 1989 e 2004. In: JACOBI, Pedro (org). Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006. p.16 - 64.

JERÔNIMO, R.N.T; GUADAGNIN, M.R. III Fórum Municipal Lixo & Cidadania: coleta seletiva e a organização social dos catadores “Coleta Seletiva: este é nosso papel!” Políticas públicas regionais de inclusão de catadores em coleta seletiva solidária. Criciúma: UNESC, 2011

JERÔNIMO, R.N.T.; GUADAGNIN, M.R. et al. II Fórum Municipal Lixo & Cidadania: Gestão de Resíduos como Alternativa à Inclusão Social “COLETA SELETIVA COM CATADORES E CATADORAS: do lixo sobrevivência!”. Criciúma, UNESC, 2010.

JERÔNIMO, R.N.T.; GUADAGNIN, M.R. I Fórum Municipal Lixo & Cidadania: Inclusão Social - 1º encontro de catadores e catadoras de materiais recicláveis de Criciúma: Catadores e Catadoras: Quem somos? O que queremos? Criciúma, UNESC, 2009.

MAGERA, M. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003. 193 p.

MILANEZ, B.; MASSUKADO, L. M. (Coord.) Caderno de Diagnóstico Número 1 -Resíduos Sólidos Urbanos Brasília: IPEA, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/cadernos/01_CADDIAG_Res_Sol_Urbanos.pdf> Acesso em 14 dez 2011.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores. Instrumentos Jurídicos. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Os catadores de materiais recicláveis na Classificação Brasileira de Ocupações. 12 mai 2008. Disponível em <http://www.mnrc.org.br/box_2/instrumentos-juridicos/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo/> Acesso em 26 jun 2009.

VILHENA, A. Guia de Coleta Seletiva de Lixo. São Paulo: CEMPRE, 1999. 84 p.

ZANETI, I. C. B. B. As Sobras da modernidade: *O sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre*, RS. Porto Alegre, RS: Famurs. 2006. 264 p.